



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.110

Conde, 21 de Junho de 2016.

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 021/2016 EM, 20 DE JUNHO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. – O horário de trabalho da **quinta-feira, dia 23 de Junho de 2016, será das 08:00hs às 12:00hs.**

Art. 2º. – Fica reconhecido o **FERIADO** de São João no **dia 24 de junho** do corrente ano, por ocasião das festividades juninas.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

TATIANA LUNDGREN CORRÊA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

LEI Nº. 893/ 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de **CONDE** aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e ao disposto na Lei Orgânica deste Município, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

- I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII – as disposições finais.

CAPITULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2017, especificadas de acordo com os macro objetivos a serem estabelecidos no Plano Plurianual 2014 a 2017, encontram-se detalhadas em Anexo a Lei.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista em que o Município detém a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, na Constituição Federal e no artigo 22, seus incisos e parágrafos único, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimentos das empresas;

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso I deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº. 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício em que se elaborou a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – da despesa fixada para o exercício em que se elaborou a proposta;

X – da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;

XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIII – das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº. 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVI – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com respectiva legislação;

XIX – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº. 25;

XX – da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000;

XXI – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº. 29;

Art. 6º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº. 163, apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – do orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes;

DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e Refinanciamento da Dívida;

Outras Despesas de Capital.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária do Município de **CONDE**, relativo ao exercício de 2017, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 11º - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitações de empenhos e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio publico, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº. 101/2000;

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo o poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 12º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 13º - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da lei nº. 4.320/64.

§ Único – A Lei de orçamento conterà autorização para abertura de créditos suplementares destinado ao reforço de dotações, remanejamento e transferência de recursos, limitada a 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada.

Art. 14º - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15º - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas publicas e sociedades de economia mista se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio publico;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinaram-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16º - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15º, para clubes, associações de servidores e de dotações a titulo de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao publico nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Federal de assistência Social – CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no *caput*, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer titulo, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – publicação, pelo Poder executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se clausula de reversão no caso de desvio da finalidade;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convenio.

§ 4º - A concessão de benefícios de que trata o *caput* deste artigo deverá estar definida em lei especifica.

§ 5º - Poderão ser concedidas despesas a titulo de ajudas financeira e material a pessoas comprovadamente carentes na forma do que autoriza lei municipal especifica.

Art. 17º - A inclusão, na Lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18º - As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 19º - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20º - A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 21º - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 22º - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 23º - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº. 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 24º - A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2016 obedecerá ao disposto no Art. 100 da Constituição Federal e no Art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 25º - O Poder Judiciário encaminhará a Prefeitura Municipal e aos órgãos e entidades devedoras a relação dos débitos constantes de precatórios a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, conforme determina o § 1º do Art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, especificando, no mínimo:

- Numero da ação originária;
- Data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
- Numero do precatório;
- Natureza da despesa: alimentar ou comum;
- Data da autuação do precatório;
- Nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- Valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- Data de atualização do valor requisitado;
- Órgão ou entidade devedora;
- Data do trânsito em julgado; e
- Número da Vara, a Comarca ou o Tribunal de origem;

§ 1º. Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* comunicarão à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º. A Procuradoria Jurídica encaminhará à Secretaria de Finanças, até 20 de julho de 2016, a relação de todos os precatórios judiciais emitidos em desfavor do Município, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2017, observando o disposto no § 1º do Art. 100 da Constituição Federal.

§ 3º. Os recursos alocados na Lei Orçamentária, com destinação prevista neste Artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 26º - Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Prefeitura Municipal, através da Assessoria Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 27º - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

Art. 28º - As despesas determinadas por sentenças judiciais da administração indireta serão programadas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 29º - Os recursos alocados na Lei Orçamentária, com destinação prevista para pagamento de precatórios judiciais, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 30º - A Lei Orçamentária discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerado de pequeno valor.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 31º - No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 32º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 a adoção de medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 33º - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra, fica restrito a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art. 34º - O município fica autorizado a fazer concurso público, criar cargos, reestruturar carreiras, concessão de vantagens ou benefícios aos servidores, desde que obedeça aos limites previstos nos artigos 19º e 20º da Lei Complementar nº. 101/2000, bem como criar e/ou extinguir secretarias.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35º - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Complementar para o exercício 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 36º - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo, encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no *caput* deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 38º - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 39º - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do inciso I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 40º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei complementar nº. 101/2000.

Art. 41º - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 42º - Se o projeto de lei orçamentária de 2017 não for sancionado até 31 de dezembro de 2016, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) na forma proposta remetida a Câmara Municipal, até que a referida Lei seja sancionada.

Art. 43º - A presente Lei poderá ser revista para fins de adequação de metas, por ocasião do encaminhamento ao Poder Legislativo, do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

Art. 44º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CONDE, (PB), 14 de Abril de 2016.

TATIANA LUNDGREN CORREIA DE OLIVEIRA
- Prefeita Municipal -

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - I
2017

LR.F, art. 4º, § 1º R\$

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	85.320.504	77.073.626	0,184	89.586.529	73.105.065	0,193	94.065.856	69.340.848	0,203
Receitas Primárias (I)	83.348.552	75.292.278	0,180	87.515.980	71.415.440	0,189	91.891.779	67.738.222	0,198
Despesa Total	85.320.504	77.073.626	0,184	89.586.529	73.105.065	0,193	94.065.856	69.340.848	0,203
Despesas Primárias (II)	83.824.937	75.722.617	0,181	88.016.184	71.823.620	0,190	92.416.993	68.125.385	0,199
Resultado Primário (I - II)	-476.385	-430.339	-0,001	-500.204	-408.180	-0,001	-525.214	-387.163	-0,001
Resultado Nominal	7.795.337	7.041.858	0,017	14.811.140	12.086.296	0,032	15.083.977	11.119.186	0,033
Dívida Pública Consolidada	62.848.610	56.773.812	0,136	72.275.902	58.979.118	0,156	83.117.287	61.270.087	0,179
Dívida Consolidada Líquida	46.772.020	42.251.148	0,101	53.787.823	43.892.339	0,116	61.855.997	45.597.281	0,134

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - II
2017

LR.F, art. 4º, § 2º, inciso I R\$

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas		II-Metas		Variação	
	Previstas em 2015	% PIB	Realizadas em 2015	% PIB	Valor	%
	(a)	(b)	(b)	(b)	(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	76.746.600	0,17%	57.917.466	0,13%	-18.829.134	-24,53
Receita Primária (I)	75.196.600	0,16%	56.796.688	0,12%	-18.399.912	-24,47
Despesa Total	76.746.600	0,17%	61.280.574	0,13%	-15.466.026	-20,15
Despesa Primária (II)	75.369.700	0,16%	60.617.830	0,13%	-14.751.870	-19,57
Resultado Primário (I - II)	-173.100	0,00%	-3.821.142	-0,01%	-3.648.042	2107,48
Resultado Nominal	-3.919.463	-0,01%	18.041.831	0,04%	21.961.294	-560,31
Dívida Pública Consolidada	42.855.168	0,09%	34.915.895	0,08%	-7.939.273	-18,53
Dívida Consolidada Líquida	13.718.120	0,03%	27.840.488	0,06%	14.122.368	102,95

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - III
2017

LR.F, art. 4º, § 2º, inciso II R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	56.088.280	57.917.466	103	81.257.800	140	85.320.504	105	89.586.529	105	94.065.856	105	
Receitas Primárias (I)	54.582.346	56.796.688	104	79.379.780	140	83.348.552	105	87.515.980	105	91.891.779	105	
Despesa Total	59.433.979	61.280.574	103	81.257.800	133	85.320.504	105	89.586.529	105	94.065.856	105	
Despesas Primárias (II)	58.423.889	60.617.830	104	79.833.450	132	83.824.937	105	88.016.184	105	92.416.993	105	
Resultado Primário (I - II)	-3.841.544	-3.821.142	99	-453.700	12	-476.385	105	-500.204	105	-525.214	105	
Resultado Nominal	-6.614.630	18.041.831	-273	11.136.195	62	7.795.337	70	14.811.140	190	15.083.977	102	
Dívida Pública Consolidada	28.570.112	34.915.895	122	52.373.842	150	62.848.610	120	72.275.902	115	83.117.287	115	
Dívida Consolidada Líquida	9.798.657	27.840.488	284	38.976.684	140	46.772.020	120	53.787.823	115	61.855.997	115	

* Valores previstos na LOA 2016.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IV
2017

LR.F, art. 4º, § 2º, inciso III R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	15.561.834	64,00	24.315.848	167,77	14.493.482	125,18
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	15.561.834	64,00	24.315.848	167,77	14.493.482	125,18

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	18.160.740	94,16	19.286.783	127,71	15.102.083	243,66
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	18.160.740	94,16	19.286.783	127,71	15.102.083	243,66

FONTE:

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS - V
2017

LR.F, art. 4º, § 2º, inciso III R\$

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
RECEITAS DE CAPITAL	1.792	16.245	0
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.792	16.245	0
Alienação de Bens Móveis	1.792	16.245	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL	1.792	16.245	0
DESPESAS LIQUIDADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	0	0	0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS - VI
2017

LR.F, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a R\$

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	578.008	1.758.113	855.123
Receita de Contribuições	887.976	1.020.761	439.496
Pessoal Civil	887.976	1.020.761	439.496
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Contribuições Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária entre RGPS e	0	0	0
Receita Patrimonial	-310.603	737.208	415.622
Outras Receitas Correntes	635	144	6
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS	529.130	881.071	5.200
Contribuição Patronal do Exercício	529.130	881.071	5.200
Pessoal Civil	529.130	881.071	5.200
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.107.138	2.639.184	860.323
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.718.757	2.182.088	2.562.174
Despesas Correntes	1.707.954	2.175.984	2.554.083
Despesas de Capital	10.803	6.104	8.091
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	0	0
Pessoal Civil	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0
Compensação Previd. de aposent. RPPS e	0	0	0
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	1.718.757	2.182.088	2.562.174
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	-611.619	457.096	-1.701.851
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	5.593.229	6.033.795	4.332.085

FONTE:

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
2015	752.681,50	752.681,50	1.207.298,35	298.064,65	0,00
2016	743.585,00	743.585,00	1.311.545,20	175.624,80	0,00
2017	736.349,00	736.349,00	1.399.354,20	73.343,80	0,00
2018	697.643,50	697.643,50	1.717.809,65	-322.522,65	322.522,65
2019	670.655,50	670.655,50	1.945.652,25	-604.341,25	604.341,25
2020	653.978,50	653.978,50	2.089.860,95	-781.903,95	781.903,95
2021	632.721,00	632.721,00	2.266.070,95	-1.000.628,95	1.000.628,95
2022	615.397,00	615.397,00	2.408.241,60	-1.177.447,60	1.177.447,60
2023	555.984,00	555.984,00	2.857.831,25	-1.745.863,25	1.745.863,25
2024	519.820,50	519.820,50	3.127.543,40	-2.087.902,40	2.087.902,40
2025	494.466,00	494.466,00	3.309.625,35	-2.320.693,35	2.320.693,35
2026	463.032,00	463.032,00	3.530.347,15	-2.604.283,15	2.604.283,15
2027	402.546,00	402.546,00	3.959.963,55	-3.154.871,55	3.154.871,55
2028	362.858,00	362.858,00	4.224.226,50	-3.498.510,50	3.498.510,50
2029	328.400,50	328.400,50	4.442.763,95	-3.785.962,95	3.785.962,95
2030	293.484,50	293.484,50	4.656.492,10	-4.069.523,10	4.069.523,10
2031	239.775,00	239.775,00	5.003.131,20	-4.523.581,20	4.523.581,20
2032	204.882,00	204.882,00	5.197.827,35	-4.788.063,35	4.788.063,35
2033	181.441,00	181.441,00	5.297.335,80	-4.934.453,80	4.934.453,80
2034	158.531,00	158.531,00	5.384.713,70	-5.067.651,70	5.067.651,70
2035	133.696,50	133.696,50	5.477.784,95	-5.210.391,95	5.210.391,95
2036	111.699,50	111.699,50	5.541.802,40	-5.318.403,40	5.318.403,40
2037	89.181,50	89.181,50	5.601.197,40	-5.422.834,40	5.422.834,40
2038	75.536,00	75.536,00	5.584.548,90	-5.433.476,90	5.433.476,90
2039	58.624,50	58.624,50	5.585.691,80	-5.468.442,80	5.468.442,80
2040	48.721,00	48.721,00	5.525.815,45	-5.428.373,45	5.428.373,45
2041	43.224,50	43.224,50	5.425.587,55	-5.339.138,55	5.339.138,55
2042	28.623,00	28.623,00	5.387.350,40	-5.330.104,40	5.330.104,40
2043	21.261,00	21.261,00	5.286.113,60	-5.243.591,60	5.243.591,60
2044	10.336,50	10.336,50	5.195.458,80	-5.174.785,80	5.174.785,80
2045	7.004,50	7.004,50	5.053.366,10	-5.039.357,10	5.039.357,10
2046	4.781,00	4.781,00	4.895.914,20	-4.886.352,20	4.886.352,20
2047	0,00	0,00	4.751.588,85	-4.751.588,85	4.751.588,85
2048	0,00	0,00	4.568.539,25	-4.568.539,25	4.568.539,25
2049	0,00	0,00	4.382.615,75	-4.382.615,75	4.382.615,75
2050	0,00	0,00	4.187.184,90	-4.187.184,90	4.187.184,90
2051	0,00	0,00	3.994.763,20	-3.994.763,20	3.994.763,20
2052	0,00	0,00	3.794.993,95	-3.794.993,95	3.794.993,95
2053	0,00	0,00	3.599.706,65	-3.599.706,65	3.599.706,65
2054	0,00	0,00	3.399.555,05	-3.399.555,05	3.399.555,05
2055	0,00	0,00	3.196.097,75	-3.196.097,75	3.196.097,75

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
2056	0,00	0,00	2.998.499,70	-2.998.499,70	2.998.499,70
2057	0,00	0,00	2.802.005,55	-2.802.005,55	2.802.005,55
2058	0,00	0,00	2.605.121,45	-2.605.121,45	2.605.121,45
2059	0,00	0,00	2.411.619,70	-2.411.619,70	2.411.619,70
2060	0,00	0,00	2.218.705,65	-2.218.705,65	2.218.705,65
2061	0,00	0,00	2.027.562,00	-2.027.562,00	2.027.562,00
2062	0,00	0,00	1.838.871,85	-1.838.871,85	1.838.871,85
2063	0,00	0,00	1.657.915,95	-1.657.915,95	1.657.915,95
2064	0,00	0,00	1.489.109,55	-1.489.109,55	1.489.109,55
2065	0,00	0,00	1.324.099,65	-1.324.099,65	1.324.099,65
2066	0,00	0,00	1.173.355,30	-1.173.355,30	1.173.355,30
2067	0,00	0,00	1.033.435,95	-1.033.435,95	1.033.435,95
2068	0,00	0,00	900.916,70	-900.916,70	900.916,70
2069	0,00	0,00	775.812,00	-775.812,00	775.812,00
2070	0,00	0,00	661.282,15	-661.282,15	661.282,15
2071	0,00	0,00	555.819,25	-555.819,25	555.819,25
2072	0,00	0,00	466.376,30	-466.376,30	466.376,30
2073	0,00	0,00	383.753,75	-383.753,75	383.753,75
2074	0,00	0,00	311.109,35	-311.109,35	311.109,35
2075	0,00	0,00	244.190,55	-244.190,55	244.190,55
2076	0,00	0,00	189.391,90	-189.391,90	189.391,90
2077	0,00	0,00	147.152,85	-147.152,85	147.152,85
2078	0,00	0,00	111.340,65	-111.340,65	111.340,65
2079	0,00	0,00	83.812,55	-83.812,55	83.812,55
2080	0,00	0,00	61.159,20	-61.159,20	61.159,20
2081	0,00	0,00	39.697,55	-39.697,55	39.697,55
2082	0,00	0,00	27.158,35	-27.158,35	27.158,35
2083	0,00	0,00	14.255,35	-14.255,35	14.255,35

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA - VII
 2017

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2017	2018	
TOTAL				-

SEM MOVIMENTO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO - VIII
 2017

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEF	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I-II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

SEM MOVIMENTO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2017

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sequestros Judiciais não previstos na LOA	151.777	Valor fixado na LOA sob o título de Reserva de Contingência	151.777
TOTAL	151.777	TOTAL	151.777

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO
 Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que a servidora **LUCIA TAVARES BARBOZA**, mat. 95, lotada na Secretaria de Administração, PIS/PASEP 1.701.399.279-6, **ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 17 de maio de 1982**, conforme o registro de empregados, tendo como regime previdenciário vigente, à época, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 Conde, 06 de Junho de 2016.
RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração

Fonte de Informação:
 1) CTPS nº 15771, Série 0005 - PB;
 2) Ficha de Registro de Empregado.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO
 Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que a servidora **ELIZABETE FLORIANO DA SILVA**, mat. 74, lotada na Secretaria de Saúde, PIS/PASEP 1.701.399.244-3, **ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 02 de fevereiro de 1982**, conforme o registro de empregados, tendo como regime previdenciário vigente, à época, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 Conde, 01 de Junho de 2016.
RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração

Fonte de Informação:
 1) CTPS nº 85480, Série 0002 - PB;
 2) Ficha de Registro de Empregado.

LICITAÇÃO E COMPRAS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
RESULTADO FASE PROPOSTA
CONCORRÊNCIA Nº 00001/2016



Novas propostas apresentadas nos termos do § 3º, Art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93. OBJETO: Construção de duas creches - Projeto 2 Convencional: no Assentamento Dona Antônia e no Loteamento Jardim N S das Neves.

LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação:

- CEDRÓ ENGENHARIA LTDA - EPP - Valor: R\$ 2.380.034,76.

LICITANTES DESCLASSIFICADOS:

- ESTRUCTURAL ENGENHARIA LTDA.

- NORDCON NORDESTE CONSTRUTORA LTDA.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rodovia Pb 18 - Km 3, S/Nº - Centro - Conde - PB, no horário das 12:00 as 17:00 horas dos dias úteis.

Telefone: (83) 9108-5236. Email: cplprefeituradeconde@hotmail.com.

Conde - PB, 20 de Junho de 2016

ISABELLA DUARTE GOUVÊA - Presidente da Comissão